

# OS REVEZES DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS REVERBERAÇÕES SOBRE A SUBJETIVIDADE DO MOTORISTA DO TRANSPORTE COLETIVO DE GOIÂNIA

Rafael Aparecido Mateus de Barros<sup>1</sup>

Universidade Federal de Goiás

Lucinéia Scremin Martins<sup>2</sup>

Universidade Federal de Goiás

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo perquirir a relação do conceito de memória no contexto de reestruturação produtiva do capital e sua validade para a apreensão de elementos mais sutis compositivos da consciência dos motoristas do transporte coletivo. O *locus* da investigação suscita os revezes da reestruturação produtiva do sobre o trabalho – no setor de serviços – de modo mais específico, dos motoristas do transporte coletivo de Goiânia-Go. O artigo discutirá, portanto, a relação entre a intensificação e a reestruturação do trabalho no transporte coletivo de Goiânia-Go e as reverberações no âmbito subjetivo em que se constitui, erige e transforma-se a memória. Buscar-se-á se apropriar criticamente do *mapa de memória*, para explicitar a determinação do trabalho uma vez que o *mapa de memória* consiste em uma representação gráfica elaborada, i. é., um espelhamento da realidade.

**Palavras-chave:** reestruturação produtiva, subjetividade, memória;

### *Aproximações teóricas preliminares*

Começamos pelo começo, se é que essa façanha um dia ocorra, já que toda teoria, estudo, análise e todo o complexo de conhecimentos que conformam a epistême são aprioristicamente determinados metodologicamente e ideologicamente pelo pesquisador, portanto, o começo é uma abstração necessária, qual seja o critério estabelecido. Optamos aqui pelo critério em que abstraímos o real o qual aprece na cabeça do pesquisador enquanto espelhamento do real, todavia este espelhamento tem sua objetividade na práxis cotidiana, por definição sintetiza o real pensado e o pensado sobre o real, uma vez que toda abstração tem raízes bem fixadas em relações estabelecidas concretamente.

Essa abordagem teórica-metodológica repousa em uma perspectiva marxiana de conhecimento, sintetizada nas palavras de Marx:

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, na Faculdade de Ciências Sociais..

<sup>2</sup> É professora adjunto de sociologia II da UFG - Universidade Federal de Goiás, na Faculdade de Ciências Sociais.

(...) O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011, p. 54).

Em todo caso, portanto, no transcurso do desenvolvimento do homem como homem, i. é., na sua trajetória de humanização em que o ser-mudo – imerso a natureza, tal qual qualquer outro animal – que salta do processo de adaptação meramente passiva – somente recolhe na natureza o necessário para sua existência imediata – para uma adaptação ativa – transforma a natureza e conseqüentemente se transforma porque o ser humano também é natureza –, em que o salto ontológico não se situa somente nas estruturas biológicas do ser que se reproduz genericamente, aos poucos vai se criando um novo ser, uma nova forma de adaptar-se que logra sobre a natureza biológica imediata uma nova generidade, o gênero humano (LUKÁCS, 2010).

A generidade humana supera<sup>3</sup> a biológica, mas este salto não caracteriza uma cisão com sua existência biológica, a reprodução é biológica, mesmo com o atual avanço científico propiciado a partir da terceira revolução industrial, da robótica e das tecnologias da informação e comunicação não é possível prescindir do agente biológico.

Essa afirmação que não é do autor do texto, por certo, é lukacsiana, mas antes, porém, é marxiana. Na Ideologia Alemã, o fulcro da discussão desenvolvida é ontológica, ou seja, o ser social na sua existência objetiva, prática, na produção material de sua existência, nas palavras do próprio Marx “ (...) para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação destas necessidades (...)” (MARX, 2007, p.33). Como isso ocorre? Que mediações são necessárias para essa tal satisfação de necessidades? Em Marx esse agir teleológico, trabalho, é a resposta, é através dessa ação não mais adaptativa, mas antes, ativa que o ser social consegue não só comida, bebida, abrigo, que são essenciais. O trabalho, entendido como uma ação teleológica, uma atividade previamente ideada na cabeça do ser, a qual produz uma causalidade não existe na processualidade do mundo orgânico, logo, uma causalidade posta por esta mediação (LUKÁCS, 2010).

---

<sup>3</sup> “(...) Superar teve em Hegel, corretamente, também o significado de conservação” (LUKÁCS, 2012, p.27).

A partir deste esboço ontológico do surgimento da genericidade humana<sup>4</sup> (ser social) chegamos a um ponto de extrema importância. A categoria trabalho a partir condições tendências de transformação do ambiente, do período histórico e do desenvolvimento das forças produtivas essenciais para vida humana, nesse agir – no trânsito incessante estabelecido durante milhares de anos – teleológico nos humanizamos. A subjetividade, portanto, não se separa do ser social, uma vez que é através de sua existência prática que ela se realiza e se constitui na vida cotidiana. Tampouco a sociedade existiria na ausência do ser social, bem como o ser social só existe socialmente, i. é., enquanto gênero humano e a um só tempo nas singularidades de homens e mulheres.

O processo em que se produz a existência do ser social é eminentemente histórico, para todos os efeitos, determina em todas as instâncias da vida social, i. é., retomando os argumentos marxianos os “homens fazem a sua própria história; contudo, não fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2007, p.25); se na proposição primeira, da questão que norteia o texto, evidencia-se ao caráter social mais íntimo do indivíduo e, em consequência, o ponto comum manifesto em toda teoria acerca da genericidade humana, a socialização geracional como condição *sine qua non* do ser social.

A discussão que ensejamos é demasiado ampla e ao mesmo tempo específica, mas esta primeira aproximação não poderia ser de outro modo, uma vez que na discussão que se segue estaremos sempre em trânsito, numa tênue dialética entre conceitos simples e precisos e conflitos históricos da filosofia, da ciência e em particular das ciências sociais.

Especificamente intento de análise se pretende em três dimensões as quais reservamos os títulos de universal, particular e singular, só assim podemos compreender como? Onde? Por quê? Em um contexto de crise estrutural, de reestruturação produtiva do capital e suas reações ao mundo do trabalho e conseqüentemente fora do trabalho, impacta no cotidiano, mas especificamente nas singularidades individuais. Sobretudo, as manifestações da consciência, i. é., de um lado os elementos que constituem o imaginário coletivo, ou o modo como os indivíduos se conscientizam dos conflitos sociais, ou seja, “o todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um mundo que é diferente de sua apropriação

---

<sup>4</sup> Para nós o *ser social* é, pois, a abstração necessária na qual se sintetiza as mais complexas manifestações do gênero humano, bem como as mais espontâneas reações e práticas cotidianas. Nesse sentido a subjetividade do indivíduo singular pode ser apreendida, em todo caso não compreendemos que existe uma determinação do ser social sobre o indivíduo, ao contrário, é possível perceber a “preponderância” do ser social nas manifestações mais complexas do ser social, ou por outras palavras, na sua tendência a criar infinitas determinações que extrapolam a determinação fundante do gênero humano, o trabalho.

artística, religiosa” (MARX, 2011, p.55), de outro lado perceber a preponderância, dessa em relação a própria consciência individual, manifesta em uma determinada práxis social, a qual pode ser acessada através da memória.

“Se a memória é não passividade, mas *forma organizadora*” (BOSI, 2003, p.56) a rememoração de um período histórico a partir da história oral está, portanto, sinergicamente atrelada a formação sócio-histórica do indivíduo recordador. Quando da escolha dos recordadores o pesquisador antecipa hipoteticamente os resultados possíveis de suas entrevistas, isto é, se o fio condutor de nossa análise for os relatos de grupos sociais e políticos privilegiados, a reconstrução de uma cidade, ou bairro, tal qual sua condição abastada lhes propiciava. A compreensão que estabelecemos acerca da memória é de um todo movente uma amalgama, a qual está dialeticamente em transito constante com a realidade, por isso é possível falar em lugares de memória nos quais podemos acionar, a depender de nossa experiência, sentimentos, sensações fisiológicas ou até mesmo a negação ontológica da existência do lugar. “A própria pessoa vê sua vida – ou procura vê-la – como uma configuração, com um sentido” (BOSI, 2003, p. 56).

## ***Reestruturação produtiva e a subjetividade***

Nas últimas décadas ocorreram agudas transformações no mundo do trabalho que podem ser observadas, sobretudo, na estrutura produtiva, bem como nas formas de organização política de trabalhadores e trabalhadoras e, de modo particular, na vida cotidiana. Portanto, o mundo do trabalho tem sido escopo de estudos profícuos no que concerne aos desdobramentos de um processo ainda em curso: a reestruturação<sup>5</sup> produtiva, cujos desdobramentos se expressam numa ofensiva do capital na produção, com impactos decisivos sobre o mundo do trabalho.

O pressuposto do qual parte este estudo é entender como a “compressão do tempo e espaço<sup>6</sup>”, objetivada na incorporação de tecnologia no controle do trabalho através da utilização das tecnologias da comunicação e informação, somente possíveis a partir da quarta revolução industrial<sup>7</sup> impacta diretamente sobre desenvolvimento desigual do sistema do capital – compreendida aqui como o processo pelo qual novas formas organizacionais e

---

<sup>5</sup> A reestruturação produtiva é tomada aqui enquanto um processo sócio-histórico no qual o modo de produção racionaliza-se, i. é, o fordismo-taylorismo promoveu e representou a reestruturação produtiva necessária ao capital no início do século XX até a década de 1970, marcada pela rigidez do trabalho do mercado, pela universalização do indivíduo como forma de ser primordial do ser social engendrando o consumo generalizado tendo como mote o automóvel. Portanto, trata-se de um processo o qual atinge em cheio, não somente o mundo do trabalho, a vida cotidiana. O novo complexo de acumulação de capital que se instaura sobre o trabalho, engendra “inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sociometabólicas” (ALVES, 2011, p. 43). Significa dizer os desdobramentos do processo em curso extrapola a forma de ser da produção e alcança a subjetividade do ser.

<sup>6</sup> A compressão do tempo-espaço pode ser verificada na reestruturação e racionalizações forçadas, isto é, a coexistência do sistema fordista/taylorista com sua faceta financeirizada, globalizada e flexibilizada, objetivada no desemprego estrutural, na reestruturação do Estado, nos fluxos migratórios. “Na atual fase, contudo, o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto a explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, associada à ascensão de sistemas de coordenação financeira em escala global. Esse sistema financeiro foi que permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal do capitalismo”(HARVEY, 2010, p.181).

<sup>7</sup> Sobre isso escreve Alves, “embora o novo complexo de reestruturação produtiva ou os múltiplos elementos da acumulação flexível descritos por David Harvey não sejam uma ruptura essencial com a lógica da produção capitalista no século XX, constituem, de forma inegável, uma nova materialidade do capital na produção um novo espaço-tempo para a exploração da força de trabalho adequado à nova fase do capitalismo global sob o regime de acumulação financeirizado. O que significa que as novas tecnologias microeletrônicas, aplicadas à produção capitalista, possibilitaram, no plano material, o aparecimento de níveis mais elevados de flexibilidade para o capital. Surge, de fato, a partir de meados da década de 1970, um novo tipo de empreendimento capitalista em determinadas regiões do mercado mundial, uma série de experimentos produtivos representando o novo regime de acumulação flexível, com o capital reencontrando-se com o seu ser-precisamente-assim. Por exemplo, na década de 1980, rica em inovações capitalistas, salienta-se a especialização flexível, na Terceira Itália; ou o kalmarianismo, na Suécia. Entretanto, o que possui maior capacidade de expressar as necessidades imperativas do capitalismo mundial é a experiência do toyotismo no Japão. **É como se, a partir daí, o capital tivesse descoberto o segredo (ou mistério) de um novo padrão de produção de mercadorias. No decorrer dos anos de 1980, o toyotismo tende a assumir valor universal, surgindo como a “produção enxuta” – a lean production – uma nova racionalidade produtiva do capital em sua etapa de mundialização** (grifo nosso) (ALVES, 2011, p.16).

produtivas aceleraram e intensificaram a circulação de mercadorias, a substituição do dinheiro em “espécie” pelo “dinheiro de plástico” (cartão de crédito), o desemprego em escala global, a subcontratação de trabalhadores e trabalhadoras, objetivado no novo padrão de acumulação de capital, a acumulação flexível<sup>8</sup> – se relaciona com a peculiaridade evidenciada nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho de motorista do transporte coletivo de Goiânia, assim pretendemos evidenciar o caráter dialético entre o real vivido e o real pensado, mas o que nos interessa é justamente as apreensões, as pulsões que compõe o agir teleológico que apresenta-se abstratamente sob o invólucro do *trabalho abstrato* em uma nova forma de racionalidade que absorve o indivíduo através da “captura da subjetividade”.

Portanto, buscar-se-á analisar como as referidas mudanças provocadas pela reestruturação produtiva vêm ocorrendo, especialmente no setor de serviços, lócus do objeto dessa proposta de investigação. Mais especificamente, verificar como vem se concretizando no mundo do trabalho de motorista do transporte coletivo de Goiânia o uso de mecanismos rígidos de controle do trabalho, de intensificação do trabalho pela realização de múltiplas atividades, além de outras questões que possam expressar a “*nova morfologia do trabalho*”<sup>9</sup> dos motoristas do transporte coletivo de Goiânia. Buscando também compreender como ficam as condições de trabalho neste quadro de uma “*nova morfologia do trabalho*” de motoristas do transporte coletivo de Goiânia.

Assim, no bojo da reestruturação produtiva temos a flexibilização do trabalho que se expressa na desregulamentação dos direitos do trabalho; nas formas efêmeras de produção; na participação gerencial; na incorporação precarizada do trabalho da mulher; na expansão de assalariamento no setor de serviços; além da crescente desqualificação do trabalho de setores operários diversos, bem como a desespecialização do trabalhador, para o desenvolvimento de um trabalhador multifuncional. Pois, como bem enfatiza Antunes, “evidencia-se, portanto, que, ao mesmo tempo em que há uma tendência para a *qualificação* do trabalho, desenvolve-

---

<sup>8</sup> “A *acumulação flexível*, como vamos chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de empregos chamado setor de serviços (...)” (HARVEY, 2010, p. 140).

<sup>9</sup> Pois, a denominada *nova morfologia do trabalho* pressupõe trabalhadores e trabalhadoras escolarizadas/os, participativos/as e polivalentes. Antunes denomina de *nova morfologia do trabalho, ou polissemia*, as transformações expressas na nova forma de ser do trabalho, que se apresenta de maneira mais saliente na configuração multifacetada. (...) “A nova morfologia que abrange o operariado industrial de base taylorista-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade toytizada, dos *novos modos de ser* do proletariado, dos trabalhadores de *telemarketing e call Center*, aos *moto boys* que morrem nas ruas e avenidas”(2012, p.104).

se também *intensamente* um nítido processo de *desqualificação* do trabalhador” (ANTUNES, 2011, p.58).

O motorista do transporte coletivo em Goiânia, oficialmente tem como carga horária semanal 44 horas, em acordo com Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com uma folga semanal, na forma da lei, porém o motorista que realiza a primeira “viagem” às 5h00 da manhã tem que se dispor a ao empregador a partir das 3h00. O Controle rígido do tempo se realiza fora da empresa, por conseguinte expõe o motorista a condicionantes externos de várias ordens (calor, ruídos, violência). Compreendemos o trabalhador do transporte coletivo enquanto prestador de serviços, desde a criação do consórcio RMTC (Rede Metropolitana de Transporte Coletivo) vem se acirrando a intensificação do trabalho, um fator que indica a precarização através da imprevisível escala de trabalho. Cada viagem é calculada e o tempo previamente estabelecido. Todo o trajeto é monitorado por câmeras Global Positioning System (GPS)<sup>10</sup>, rádio e, eventualmente, “fiscais de linha”. E, por fim, a alocação de elevadores nos veículos, impondo mais uma atividade ao trabalho dos motoristas.

A RMTC, consórcio criado em 2001, é composta por cinco empresas, sendo quatro delas de natureza privada e uma pública, juntas elas empregam 2.951 motoristas, que atendem a dezoito municípios que formam a região metropolitana da cidade: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e Goianira conformam 93% de todo o fluxo de passageiros dos municípios contemplados pela RMTC, totalizando 1.855.418 habitantes. Ao transportar pessoas pela cidade, no emaranhado de linhas que se entrecruzam, os motoristas percebem a metrópole de modo singular, em toda sua efervescência.

As transformações subjacentes a crise estrutural emergiram como a resposta necessária, tanto do ponto de vista da produção, quanto no tocante a internalização, portanto, a emergência da nova forma de ser da acumulação de capital, a acumulação flexível, de modo geral, suscitava inexoravelmente a existência de um novo ser para o trabalho, para o consumo, para vida cotidiana por outras palavras a necessidade histórica do reestabelecimento no “nexo psicofísico” em que o capital logra uma “nova subsunção real do trabalho ao capital” (ALVES, 2011, p.62).

Doutro lado à própria existência humana passa por processo de negação ou de regressão, i. é, a nova racionalidade típica da acumulação flexível atinge em cheio “os dois pés” na típica da rigidez, da consciência, da acumulação fordista-taylorista, mas entretanto, os valores emergentes desta contradição vicejam afetados de negação, i. é., afirmam que o

---

<sup>10</sup> Sigla em inglês, Global Positioning System.

trabalhador é o produtor de toda riqueza material e ao mesmo tempo desemprega milhões de outros trabalhadores. Se não vejamos, em todo caso, a acumulação flexível não significou uma ruptura com a forma até então hegemônica da produção, uma vez que o fordismo-taylorismo representou, guardadas as devidas proporções, uma flexibilização no modo de produção, de fato a existência mesma do capital é em si a flexibilização, a inovação e o revolucionar-se. Ricardo Antunes afirma a sanha irracional e totalizante do capital

não sendo uma entidade material e nem um *mecanismo* que possa ser racionalmente controlável, o capital constitui uma poderosíssima estrutura *totalizante* de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar. Esse sistema mantém domínio e primazia sobre a totalidade dos seres sociais, sendo que suas mais profundas determinações estão orientadas para expansão e impelidas pela acumulação  
(ANTUNES, 2009, p.25).

O fim último do capital está posto – acumulação. Para este fim todos os expedientes são acionados culminando na reestruturação produtiva, o neoliberalismo emerge como ofensiva do capital que logra sobre a existência de seres humanos, animais e tudo que habita este planeta a adaptação imediata, inexorável e heterônoma. Essa condição imputada aos seres sociais, forja na sua forma de ser os elementos necessários para reprodução ampliada do capital.

### ***Consciência, subjetividade e memória***

A memória localiza-se e se faz enquanto parte compositiva da subjetividade do ser social, bem como da particularidade individual. A memória, então, se conforma a partir de uma práxis social específica consubstanciada em um período histórico específico.

A questão que colocamos como tentativa de acessar os elementos concretos em que se erigem o edifício da memória, remonta seu caráter político, desse modo vem à tona a indagação: a memória, com suas especificidades, produz e reproduz a realidade a que se pretende rememorar? A reestruturação produtiva que estabelece um novo “nexo psicofísico” entre o indivíduo e a sociedade que alcança desde a mais terna idade a subjetividade do ser social, mas não altera a relação exterior que o trabalho exerce sobre os indivíduos. Nesse contexto, a memória do motorista do transporte coletivo viceja o estranhamento? A memória enquanto manifestação da consciência permite que se compreenda a ideologia de um período histórico determinado?



Para nos aproximarmos das indagações e das respostas que elas suscitam, pretendemos atrelar a formação da memória e sua dialética com o *lugar* de onde parte, i. é., o país, estado, cidade, vários bairros, bairro e o local de trabalho, assim é possível nos avizinhar da dinâmica própria dos *lugares*, sobre isso afirma Bosi

o bairro é uma totalidade estruturada, comum a todos, que se vai percebendo pouco a pouco, e que nos traz sentido de identidade” (...). “É um *lugar nosso*, e um lugar nosso deve ser, como ensina a Psicologia da Gestalt, fechamento e proximidade de elementos, deve ser denso que seu entorno e permitir a dialética da partida e do retorno (BOSI, 2003, p.74,75).

Fica a olhos vistos a dimensão dialética entre particular e o universal, ou parte e todo, indivíduo e sociedade, local e geral enfim. Trata-se de estabelecer que a memória confronta-se com a realidade existente do período histórico analisado, assim, sendo manifestação da consciência dos indivíduos, crivada da ideologia, da forma de ser, das representações concernentes a classe que hegemoniza a política, a história oficial, “os lugares de memória” oficiais construídos em nome da tradição legada a todos as classes e grupos, ainda que se tratando de uma tradição em particular de um grupo em particular.

Retomemos os motoristas do transporte coletivo de Goiânia, deve-se levar em conta as condições em que realizam o trabalho, a jornada e por último a intensificação do trabalho através da incorporação de tecnologia da informação e comunicação. No ônibus, aparentemente, o trabalho ocorre dentro da normalidade, assim como em qualquer outro *lugar*. Porém, se lançarmos um olhar atento veremos ali, na sua práxis cotidiana uma rotina de estresse alto, muito embora ignorada pelos empregadores e passageiros. Além de dirigir o ônibus o motorista tem, neste atual momento, que operar a catraca, GPS, rádio, elevador e ainda conta com a vigilância das câmeras dispensando a figura do fiscal de linha.

Diante de nossos olhos, os motoristas são controlados diuturnamente e este controle impacta diretamente na sua vida cotidiana, isto porque o trabalho não está descolado da mesma, ao contrário este é mera extensão daquela. A esta forma de ser, aparentemente, normal da atividade do motorista Marx reservou o título de *estranhamento* que nas palavras do próprio autor é

Primeiro, que o trabalho é *externo (ausserlich)* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e

fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Ausserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a auto-atividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo (MARX, 2009, p.83).

Até o momento afirmamos que a subjetividade do ser social encontra-se imersa na práxis social e a memória como parte integrante da consciência não escapa a esta análise. Nesse sentido ao evidenciar o caráter estranhado e exteriorizado do trabalho, procuramos alojar a discussão acerca da memória no terreno das relações de trabalho, i. é., priorizar as reverberações oriundas da reestruturação produtiva, da universalização do trabalho abstrato (apresentado na citação), da racionalização do processo produtivo e as suas consequências ao processo de trabalho: precarização, intensificação e “captura” da subjetividade.

Mas uma vez, recorro a Bosì (2003) para conceituar memória “as lembranças se apoiam nas pedras da cidade. Se o espaço, para Merlau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do ser no mundo, a memória escolhe os lugares privilegiados de onde retira sua seiva” (BOSÌ, 2003, p.71), ora, se a memória escolhe o que deve ser lembrado então a negação o esquecimento deliberado ou inconsciente salientam *estranhamento* do ser social com o trabalho, com sua cidade e, por conseguinte, atinge nevrálgicamente a memória individual e coletiva de uma classe ou grupo. Por certo o motorista do transporte coletivo sente na pele e na mente os reveses do seu trabalho, um traço característico de sua atividade merece destaque, a relação tênue que estabelece-se entre ele e os passageiros, por vezes é violenta<sup>11</sup>, mesmo o mais cordato<sup>12</sup>, dos motoristas se vê em situações em que este (o motorista) materializa em

---

<sup>11</sup> Violência é compreendida em duas dimensões indissociáveis, a saber o ato de ignorar o motorista enquanto pessoa, percebendo-o como uma extensão do ônibus necessária apenas para dirigi-lo a esta prática e outras que não se materializam de fato entendemos como violência simbólica. A outra dimensão da violência materializa-se de fato às agressões físicas.

<sup>12</sup> De modo algum pretendemos generalizar esta manifestação como sendo *una* no que se refere a personalidade, é sabido que somos seres totais, portanto, seria um equívoco dotar o ser social de bondade e amor.

carne, osso, sangue a empresa e àquele (o passageiro) o causador primeiro do seu descontentamento com o trabalho. Mas, é claro, não cabem generalizações neste caso, entretanto, a generalização cabível a qual ambos são força de trabalho, mercadoria, que estão a subsumidos a mesma relação de trabalho, em que o trabalho aparece como um *meio* para satisfação de necessidades exteriores, esta forma de ser do trabalho a qual definimo-lo como *trabalho abstrato*<sup>13</sup>.

Nas linhas anteriores levantamos o seguinte questionamento: a memória, com suas especificidades, produz e reproduz a realidade a que se pretende rememorar? Se se pretendesse responder parcialmente afirmaríamos, sim, porém não atingiríamos fulcralmente a questão, por outras palavras, não apresentaríamos analiticamente os expedientes necessários para produzir-se e reproduzir-se a memória. O nosso intento exigir-nos-ia alguns conceitos como recurso metodológico para esquadrihar o que entendemos por expedientes – *mapas de memória; lugares de memória*.

A metodologia dos *mapas de memória* perscruta os elementos que compõe interpretações de “atores e autores interessados em interpretar a cidade em que vivem, numa espécie de construção da cidade moderna, que é produto de um urbanismo fisicista e formalista” (MEDEIROS, 2007, p. 217) o escopo dos mapas de memória alcança as “memórias coletivas como elementos constitutivos de uma decifração urbana” (MEDEIROS, 2007, p.217). Tal metodologia evidencia o caráter político da memória coletiva de modo a forjá-lo no espaço, compondo mapas dos acontecimentos. Nesse sentido inexoravelmente a memória coletiva remete a memória da classe que hegemoniza o espaço, significa dizer “quem domina o espaço sempre pode controlar a política de lugar, mesmo que, e isso é corolário crucial, primeiro assuma o controle de algum lugar para controlar o espaço” (HARVEY, 2010, p. 213).

A paisagem com que se pinta o quadro da memória é compositiva dos seus mapas, portanto, existem elementos particulares a cada indivíduo, sobretudo, no que se refere a experiências cotidianas, bem como existem abstrações que se generalizam e abstraídas da realidade conformam a memória coletiva. Sendo assim, os trabalhadores têm em seu imaginário a história oficial, subalternizando a memória de sua classe.

---

<sup>13</sup> “O corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto se torna, assim expressão do trabalho humano abstrato. Se o casaco, por exemplo, é considerado mera efetivação [*Verwirklichung*], então a alfaiataria, que de fato nele se efetiva, é considerada mera forma de efetivação do trabalho humano abstrato. Na expressão de valor do linho, a utilidade da alfaiataria não consiste em fazer roupas, logo, também pessoas, mas sim em fazer um corpo que reconhecemos como valor e, portanto, como geleia de trabalho, que não se diferencia em nada do trabalho objetivado no valor do linho. Para realizar tal espelho de valor, a própria alfaiataria não tem de espelhar senão sua qualidade abstrata de ser trabalho humano (MARX, 2013, p. 134).

Mas o pesquisador pressupõe certa análise ao escolher o sujeito do qual pretende reconstruir os mapas de memória. Quando da escolha determinados grupos privilegiados na ocupação do espaço urbano ou quando se escolhe um morador da periferia da cidade, os mapas de memória ainda que tenham como pano de fundo o mesmo espaço urbano, a mesma cidade, suscitará lembranças e reconstruíram cidades distintas e ao mesmo tempo iguais.

Ao tomar como sujeito os motoristas do transporte coletivo de Goiânia e se dotarmos de centralidade o cotidiano de trabalho teremos, em consequência, a reconstrução da cidade do ponto de vista do trabalho, i. é., de dentro de um ônibus e se levarmos em conta que as linhas de ônibus são determinadas e alheias a sua preferência, longe de ser uma lembrança autônoma, indicam mais a subsunção da sua subjetividade ao trabalho.

Outra consideração necessária diz respeito aos *lugares de memória* são antes de tudo “restos”, marcadores em que se materializam a história hegemônica do lugar e ao mesmo tempo experiências individuais, i. é.,

a forma externa onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação” (NORA, 1993, p.12,13).

Os museus são, nesse sentido, locais de memória os quais ensejam rituais da sociedade sem rituais, sacralizações da sociedade dessacralizada, fidelidade particularizada de uma sociedade que aplaina os particularismos (NORA, 1993). Se não vejamos em que pese à participação e a menção dos trabalhadores na consubstanciação de sua memória através dos lugares de memória? Tendo em vista os particularismos que sustentam os lugares de memória, p. ex., o Monumento ao Bandeirante, posteriormente o monumento ao interventor federal Pedro Ludovico Teixeira. É sabido que os lugares de memória, sobretudo os oficiais, sintetizam o poder de pequenos grupos políticos e econômicos que compõe a sociedade, assim destruiu-se o Monumento ao Trabalhador e permanece candente o culto a figura “heroica” do interventor Pedro Ludovico.

A polêmica que gravita ao redor dos lugares de memória é pontual, a saber, se os são como espelhos donde o reflexo nos remonta a memória de sociedade em questão, daí decorre a indagação: quem determina os lugares de memória oficiais? Quais as relações de poder que um lugar de memória sintetiza? Quando uma de suas funções é fazer lembrar e o que deve ser lembrado a memória logo enseja o poder do quê e de quem deve ser lembrado.

De fato, pouco importa do ponto de vista subjetivo se o trabalhador reconhece na história oficial, tem importância ainda menor a sua apreciação. De tal sorte que ao

materializar o imaterial os lugares de memória, produzem e reproduzem a memória do vencedor apregoam o discurso político estabelecido a priori.

### *Considerações finais*

Para nos avizinhar de possíveis hipóteses que abarcassem as indagações apresentadas pelo texto, desenvolvemos nossa argumentação a partir de algumas categorias: trabalho abstrato, subjetividade e memória. Orientamos nossa reflexão a partir destas categorias que de um lado coadunam, de outro evidenciam a contradição perpétua entre o ser social e o atual estado de coisas, em sua manifestação particular, entre o indivíduo e sociedade.

O intento da reflexão erigiu-se na dimensão ontológica da subjetividade e a práxis social estabelecida, i. é., a forma como apreendemos o mundo prático inexoravelmente sócio-histórico deixando a olhos vistos sua dimensão imediatamente objetiva.

Ademais, ponderamos o conceito de memória a partir do discurso oficial, qual sejam as relações de poder imbricadas na institucionalização de lugares de memória, p. ex., a Praça do Bandeirante<sup>14</sup>, Monumento a Pedro Ludovico Teixeira em detrimento do Monumento ao trabalhador<sup>15</sup>, ora, a percepção salientada decorrente dos eventos históricos legitimam o processo de usurpação do protagonismo histórico de uma classe – a classe trabalhadora.

Por fim, tentamos estabelecer, no limite soçobrar, a validade da memória social quando institucionalizada. De modo algum consideramos inócuo ou impreciso tal conceito, apenas procuramos percorrer o caminho no qual a sociedade do *trabalho abstrato*, na qual o indivíduo é apropriado como meio, sob a égide do *estranhamento do trabalho, de si mesmo e do outro*, ou seja, *estranhamento* do gênero humano condiciona ao particularismo a memória social e a generaliza ao todo vivente. Contudo, não ignoramos as particularidades subjetivas e metafísicas que compõe a memória, ao contrário, buscamos evidenciá-las à medida que atrelamos a concretude das relações que se dão períodos históricos específicos, em determinadas sociedades e na particularidade do *lugar* perquirido.

---

<sup>14</sup> “No dia 9 de novembro de 1942 foi inaugurado o Monumento ao Bandeirante criado pelo artista plástico Armando Zago, atendendo solicitação do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo, para ser doado ao povo goiano” (GOIÂNIA,2013).Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/html/principal/goiania/monumentos/bandeirante.shtml>. Acessado em: 15/07/2013.

<sup>15</sup> “O Monumento ao Trabalhador foi erigido entre os anos de 1958 e 1960, a mando do então governador do Estado, José Feliciano Ferreira, e do prefeito de Goiânia na época, o jornalista Jaime Câmara. A construção era formada por dois grandes murais de concreto, com 12 metros de comprimento cada, dispostos em semicírculo, em que foram montados painéis, em pastilhas italianas, que reproduziam cenas ligadas à luta operária.(...) No início de 1969, os painéis amanheceram recobertos de piche. Em seguida, as pastilhas que compunham o mural foram arrancadas, ficando apenas a base de concreto. Na construção da Av. Goiás Norte, em 1985, a estrutura foi totalmente demolida” (GOIÂNIA, 2003, p. 51)..

Finalmente, ao identificar a memória social com a classe que determina e a institui. Ressaltamos, em particular, a apropriação da memória por parte de uma categoria profissional específica – motorista do transporte coletivo de Goiânia – entendida aqui como parte da classe trabalhadora. Uma tentativa de atrelar os mapas de memória com o cotidiano de trabalho e daí desdobrar os mapas de memória estabelecidos sem qualquer participação dos trabalhadores do transporte coletivo de Goiânia, uma vez que as linhas<sup>16</sup> e em quais linhas trabalharão os motoristas são definidas em instâncias fechadas e hierárquicas.

Outra vez mais, procurando estabelecer o “nexo psicofísico” necessário para a elaboração dos mapas de memória de uma classe, i. é., compreendendo os mapas de memória enquanto abstração do real, do cotidiano. Portanto, são compostos pela sua relação com a cidade que no mais das vezes se dá durante longos períodos de trabalho, sejam no próprio trabalho ou no traslado de suas “casas” ao trabalho, ou deste para aquele.

---

<sup>16</sup> O título dado ao roteiro estabelecido para as viagens realizadas pela cidade.

## **Referências**

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e Subjetividade*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- BATTISTON, Márcia. CRUZ, Roberto Moraes. HOFFMANN, Maria Helena. Condições de trabalho e saúde de motoristas de transporte coletivo urbano. *Estudos de Psicologia*, v.11, nº 3, p. 333-343, 2006.
- BETIOL, Maria Irene Stocco (Org.). *Psicodinâmica do Trabalho. Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- COSTA, Marco Aurélio. Da razão instrumental à razão comunicativa: o percurso do planejamento na modernidade e as abordagens pós-positivistas. *Cadernos IPUR*, v. 22, n. 2, p. 89-118, 2008.
- COCCO, R. G. SILVEIRA, M. R. Sistemas de transporte público coletivo e interações espaciais em Marília e Presidente Prudente. *Revista de Literatura dos Transportes*, vol. 5, n. 3, p. 16-44, 2011.
- DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho. Estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992.
- GOIÂNIA, Plano Diretor, *Lei complementar nº 171, de 29 de maio de 2007*. Dispõe sobre a política urbana da cidade. Goiânia, GO, 2007.
- \_\_\_\_\_. Relatório: *Monumento ao Trabalhador*. Goiânia, GO, 2003.
- GOIÁS. Regiões Administrativas de Goiânia. *Relatório SEPLAN*, 2008. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/download/comdata/46800003749.pdf>
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma Ontologia do Ser Social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Para uma Ontologia do Ser Social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social: Questões de Princípios para Ontologia Hoje Tornada Possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política livro I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. *O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora*. Goiânia: Alternativa, 2002.

MEDIROS, Wilton de Araújo. *Formas e Tempos da Cidade: Goiânia de Ontem nos Mapas de Memória*. Goiânia: Cãnone Editorial, Ed. UCG, 2007.

NORA, Pierre. *Entre a Memória e a História: A problemática dos lugares*. São Paulo: PUC-SP, 1993.

OLIVEIRA, Andréa Carla Ferreira. PINHEIRO, José Q. Indicadores Psicossociais Relacionados a Acidentes de Trânsito. *Psicologia em Estudo*, v. 12, n. 1, p. 171-178, 2007.

Disponível em: <http://www.rmtcgoiania.com.br>. Acessado em: 10/10/213.